

Portal da CTB

Avançam as negociações sobre o futuro do estaleiro Eisa no Rio

Os trabalhadores do Estaleiro Eisa receberam uma boa notícia nesta quinta-feira (31). O estaleiro recarregou o Sodexo que estava devendo. Sobre o futuro da empresa, foi informado que a Caixa Econômica Federal pode vir a realizar um empréstimo para regularizar o funcionamento do Eisa.

A recarga do Sodexo foi realizada nesta quinta-feira. Os que estão com o cartão bloqueado, a empresa entregará novos cartões até quarta-feira (6). Os que não têm esse benefício receberão R\$ 350.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (Sindimetal-RJ) esteve mais uma vez na porta do estaleiro. Após a reunião com a direção do estaleiro, foi informado que o Eisa se comprometeu a fazer o pagamento dos salários atrasados, a regularização do plano de saúde, do 1/3 de férias até o quinto dia útil de agosto (quinta-feira, 7), data que também está marcado para o retorno dos trabalhadores.

Entretanto, o presidente do sindicato, Alex Santos, disse que apenas o pagamento do Sodexo não resolve plenamente o problema dos trabalhadores, "isso ainda não resolve. O Sodexo dá um fôlego, mas nossa luta é pra quitar todas as questões inerentes aos trabalhadores", e destacou que um dos pontos positivos deste momento é "o processo de unidade dos trabalhadores, tendo o sindicato como a ferramenta desta luta".

A assembleia também contou com as presenças dos deputados federais Jandira Feghali (PCdoB) e Edson Santos (PT) e do deputado estadual Paulo Ramos (PSOL), que estão apoiando a luta dos trabalhadores do Eisa. Na quinta-feira (7) – retorno do serviço – o sindicato fará nova assembleia para avaliar os resultados e debater novos encaminhamentos.

Reunião no Ministério do Trabalho

Na quarta-feira (30), a direção do sindicato esteve com o ministro do Trabalho, Manoel Dias, que se solidarizou com os trabalhadores do Eisa e prometeu contribuir para uma solução.

Fonte: Sindimetal-RJ

Portal Mundo Sindical

Após Procon e MP, sindicato move ação contra Bradesco Saúde na BA

Há pouco mais de um mês da paralisação dos médicos no atendimento aos assegurados do Bradesco Saúde, o Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (Sindimed) informa que entrou com uma ação civil pública contra a seguradora.

De acordo com o assessoria do sindicato, a ação interposta pelos médicos na terça-feira (29) cobra recomposição de reajustes ao longo de 10 anos. Na avaliação da categoria, o plano fez novas adaptações no valor das mensalidades dos assegurados e parte dessa quantia não foi passada aos médicos.

Débora Angeli, integrante da direção do Sindimed, afirma que os médicos querem negociar com o plano e estão dispostos a ouvir as propostas da empresa. "O que nós mais queremos é negociar. Protocolamos a ação, mas, se eles quiserem negociar com a gente, vamos sentar e negociar", explica.

Procurado pelo G1, a Bradesco Saúde informou que não foi notificada por ação civil pública e, por isso, não irá se manifestar sobre o assunto. Em nota, a seguradora disse que está entre as operadoras privadas que, nacionalmente, melhor remuneraram o ato médico. A assessoria do plano também disse que reajusta anualmente os valores das consultas e de procedimentos médicos acima da inflação geral e dos índices de reajuste anual de mensalidades autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A Bradesco Saúde ainda ressaltou, por meio da nota, que "a sua Central de Atendimento não tem registrado problemas estruturais de assistência para os seus milhares de segurados no Estado da Bahia".

Na semana passada, a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-BA) moveu uma ação civil pública contra o Bradesco Saúde, referente aos danos causados ao consumidor. O Ministério Público do Estado da Bahia participou da ação contra o plano de saúde.

Reivindicações

Entre as exigências dessa ação, o plano teria que pagar indenização de R\$ 6 milhões por danos à sociedade. A ação foi motivada pela decisão dos médicos de paralisar, em 25 de junho, os atendimentos pelo plano, por falta de reajuste no pagamento aos profissionais de saúde e "pela falta de interesse dos representantes da empresa em firmar um acordo com os médicos".

Segundo o Procon, durante o período de paralisação dos atendimentos, o órgão e a Agência Nacional de Saúde (ANS) têm recebido denúncias com relação à má prestação de serviços do plano. O órgão de defesa do consumidor destaca que "os segurados não conseguem iniciar nem dar continuidade aos procedimentos, o que representa um risco iminente à vida, saúde e segurança dos consumidores".

Em medida liminar, foi requerido que a Bradesco Saúde efetive o plano de contingenciamento, divulgando através de todos os meios de comunicação de grande circulação, além de envio de carta e e-mail aos segurados, um contato pelo qual os segurados possam solicitar a indicação de um médico referenciado que faça o atendimento pelo plano.

O pedido de liminar diz ainda que, caso não haja prestadores referenciados na localidade do segurado, o Bradesco Saúde deve garantir ao consumidor optar pela realização do serviço de forma particular, sendo obrigado o reembolso de forma integral.

Caso o segurado não disponha do valor necessário para o pagamento do serviço, ele pode solicitar ao Bradesco Saúde que indique um local de atendimento em rede não referenciada, devendo o plano arcar com os custos dos procedimentos, sob multa diária de R\$ 200 mil por descumprimento da liminar.

Sem Acordo

A primeira reunião entre médicos e representantes do Bradesco Saúde, realizada na última quarta-feira (16), na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Salvador, terminou sem apresentação de propostas. Os médicos não atendem aos assegurados do plano de saúde desde 25 de junho, por falta de reajuste nos valores pagos por consulta. Somente casos de emergência estão sendo atendidos.

Outras operadoras, como Sul América e Unimed, fecharam acordos este ano com os médicos, reajustando suas tabelas. Para o procurador do trabalho Pedro Lino de Carvalho Júnior, representante do MPT que mediou a reunião, o caminho do entendimento é mais viável para todos.

"Se nos próximos dias tivermos uma sinalização por parte do Bradesco de que é possível conversar sobre os valores pagos, poderemos chegar a um acordo que vai beneficiar tanto os segurados, quanto a empresa e os médicos, já que todos perdem com a paralisação e com o prolongamento desse impasse", avaliou Pedro Lino de Carvalho Júnior.

Fonte: G1 - 31/07/2014

Portal Mundo Sindical

Professores em greve bloqueiam a rodovia MS-156

A queda de braço entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Simted) e a prefeitura de Dourados continua. Como forma de chamar a atenção da sociedade sobre a reivindicação do pagamento do piso nacional para uma carga horária de 20 horas de trabalho, os professores diariamente promovem protesto, ora nas ruas, ora na prefeitura. Desta vez o manifesto é na MS-156, região da Reserva Indígena.

O fechamento da rodovia começou pela manhã e não tem hora e nem dia para acabar. "Vamos fechar a rodovia o dia todo até o prefeito receber uma comissão dos professores para discutir as reivindicações. Sem diálogo, a MS-156 permanecerá fechada o dia todo, disse a técnica administrativa Cristiane, da escola Agostinho.

Das seis escolas nas aldeias Jaguapiru e Bororó, quatro estão totalmente fechadas e duas funcionam parcial. A maioria dos professores indígenas são concursados pela rede municipal e são filiados ao Simted.

O manifesto, realizado por professores das escolas municipais da Reserva Indígena, ganhou o apoio de algumas lideranças. O caiúá Valdinei Videiro, liderança da aldeia Jaguapiru, apoia a greve e pede melhorias à educação indígena.

"As salas de aulas de todas as escolas da reserva são superlotadas e muitas crianças estão sem estudar. Já protocolamos documento no ministério público pedindo mais escolas e também enviamos ofício à Prefeitura. Os anos se passam e os problemas continuam sem solução", diz a liderança.

Policiais rodoviários estão desviando o tráfego da MS-156 para condutores que passam por Dourados sentido Itaporã. Neste caso, os condutores são orientados a seguir pela Perimetral Norte. Quem vem de Itaporã só resta fazer o contorno pela rodovia e voltar para a cidade até pegar novo caminho.

Greve

Os professores estão em greve há duas semanas. A queda de braço entre o Simted e a prefeitura está num acordo formalizado em abril deste ano onde havia sido decidido a implantação do piso nacional de R\$ 1697,00 para uma carga horária de 40 horas. Contudo, a categoria reivindica

uma política municipal de valorização que eleve gradualmente, em quatro anos, este valor para uma carga horária de 20 horas, como já se aplica em Campo Grande.

Fonte: Dourados Agora - 31/07/2014

Portal Gestão Sindical

Agenda: seminário debate impactos da terceirização

30/07/2014 por Repórter Brasil

O aumento da terceirização no Brasil e seus impactos serão discutidos no encontro "A Terceirização no Brasil: Impactos, resistências e lutas", que será realizado nos dias 14 e 15 de agosto no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em Brasília (DF). O evento foi organizado pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, em parceria com o Grupo de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania", da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, com apoio da ANAMATRA, da ANPT, do CESIT, da OAB, da FES, da Industrial, da CONTRAF, da CUT, da Intersindical, da CSI e da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Na programação (veja na íntegra abaixo), estão previstas as participações de ministros do Tribunal Superior do Trabalho, parlamentares e acadêmicos. O evento é aberto e as inscrições podem ser feitas na página do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (<http://trabalho-constituicao-cidadania.blogspot.com.br/2014/07/seminario-terceirizacao-no-brasil.html>) ou no local do evento. Os organizadores informam que certificados serão emitidos somente aos inscritos previamente pelo site.

Confira abaixo a programação completa do evento:

SEMINÁRIO "A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL: IMPACTOS, RESISTÊNCIAS E LUTAS"

14 de agosto de 2014

14h – Abertura do evento

Mesa Oficial de Abertura – Saudação dos organizadores e das entidades apoiadoras que compuserem a mesa (ANAMATRA, ANPT, CESIT, OAB, FES, Industrial, CONTRAF, CUT, Intersindical, Confederação Sindical Internacional – CSI, Faculdade de Direito da Universidade de Brasília).

14h30 – Painel jurídico

Terceirização, limites jurídicos e normas internacionais de proteção ao trabalho.

Coordenação - Paulo Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA

Palestrantes – Kátia Magalhães Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, e Roberto Caldas, Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Debatedor: Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho.

17h30 – Coquetel

18h – Conferência de abertura

O capitalismo contemporâneo e seus impactos na regulação social do trabalho e a Terceirização.

Conferencista: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, Economista, Professor Titular aposentado do IE/UNICAMP, Professor e Diretor da Faculdade de Campinas/FACAMP, incluído no Biographical Dictionary of Dissenting Economists entre os 100 maiores economistas heterodoxos do século XX e Prêmio Intelectual do Ano – Prêmio Juca Pato/2005.

Coordenação: Profa. Dra. Magda Barros Biavaschi. Pesquisadora. Desembargadora aposentada (TRT4). Integrante do Fórum Nacional em defesa dos trabalhadores ameaçados pela terceirização.

Debatedor: Ricardo Paiva, Representante do Movimento Humanos Direitos (MHUD)

19h30 – Mesa 1

Poderes da República e Terceirização. Limites e regulação. A Repercussão Geral e seus significados

Palestrantes: Paulo Renato Paim, Senador (a confirmar); Francisco Chagas, Deputado Federal; Henrique Fontana, Deputado Federal (a confirmar); Mauricio Godinho Delgado, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; e José Roberto Freire Pimenta, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Coordenação: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho – ANPT.

Debatedor: Lélío Bentes Correa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e Perito da Organização Internacional do Trabalho.

15 de agosto de 2014

Mesa 1 (8h30 – 10h30)

A Terceirização e as Pesquisas Sociais – impactos no mundo do trabalho público e privado.

Coordenação: Marilane Teixeira, Economista, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/IE/UNICAMP.

Apresentações:

»» A Terceirização: Justiça do Trabalho e regulação: setor papel e celulose – Profª. Drª. Magda Barros Biavaschi, pesquisadora do CESIT/IE/UNICAMP sobre a Justiça do Trabalho e a Terceirização: “A Terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais” e coordenadora do eixo terceirização do Projeto Temático “Contradições do Trabalho no Brasil Atual: formalização, precariedade, terceirização e regulação”. Desembargadora aposentada do TRT4 e Professora Colaboradora do IE/UNICAMP e do IFCH.

»» A Terceirização no setor privado – Profª. Drª. Gabriela Neves Delgado, Professora Adjunta de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e líder do Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania” da Faculdade de Direito da UnB.

»» Trabalho e subjetividade: efeitos da terceirização – Prof. Dr. Cristiano Paixão, Procurador do Trabalho, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e integrante do grupo de pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania”.

»» A Terceirização no setor petroquímico – Profª. Drª. Maria da Graça Druck, Professora Associada III do Departamento de Sociologia da FFCH da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do CRH/UFBA e do CNPq. Líder do Grupo de pesquisa “Trabalho, precarização e resistências”.

»» A Terceirização no setor bancário – Grijalbo Coutinho, Juiz do Trabalho e Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Coffee break

Mesa 2 (10h45 – 12h45)

A Terceirização, acidentes de trabalho e adoecimento: o sistema de fiscalização brasileiro.

Coordenação: Luiz Salvador, Vice-Presidente Executivo da Associação Latino Americana de Advogados Laboralistas – ALAL.

Apresentações:

»» Terceirização e os limites do assalariamento: mortes e trabalho análogo ao escravo – Vitor Filgueiras, pesquisador do CESIT/IE/UNICAMP, integrante do grupo de pesquisa “Indicadores de regulação do emprego no Brasil”, Auditor Fiscal do Trabalho.

»» Adoecimento profissional e terceirização: indicadores – Profª. Drª. Margarida Barreto, Médica do trabalho, Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP, Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão Inclusão Social – NEXIN/PUC/SP.

»» As Ações Cíveis Públicas e o combate aos riscos criados pela terceirização – Prof. Dr. Ricardo José Macedo de Brito Pereira, Subprocurador do Trabalho, Pesquisador Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, co-líder do Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania”.

»» A terceirização e os acidentes de trabalho no setor petroleiro – Anselmo Ruoso, Petroleiro e Dirigente Sindical (Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina).

»» A terceirização e o adoecimento no setor bancário – Miguel Pereira, Dirigente Sindical, Secretário de organização do ramo financeiro da CONTRAF.

INTERVALO PARA ALMOÇO

Mesa 3 (14h30 – 17h)

Terceirização e atores sociais e coletivos: estratégias e regulamentação

Coordenação: representante do Grupo de Trabalho de Terceirização da CUT.

Participação – integrantes do FORUM e entidades de assessoria sindical (CUT, CTB, INTERSINDICAL, Industrial, Confederação Sindical Internacional – CSI, ANAMATRA, ALAL, ANPT, ABRAT, DIEESE).

Coffee break

Conferência de encerramento (17h30 – 19h)

A Terceirização: precarização, desafios e possibilidades de superação no mundo do trabalho contemporâneo. Conferencista: Prof. Dr. Ricardo Antunes, Professor Titular de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Coordenação: Profª. Drª. Gabriela Neves Delgado – Professora Adjunta de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – Líder do Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania”.

Debatedores: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, e Helder Santos Amorim, Procurador do Trabalho.

19h – Saudação de encerramento: Ricardo Paiva, Representante do MHUD.

19h30 – Plenária Final – encaminhamentos.

Federação Nacional dos Urbanitários

Soluções para a falta de água em São Paulo

Falta água para os paulistas porque faltou humildade e sinceridade ao atual governo de São Paulo para ouvir a oposição como alguém que deseja o melhor para o seu Estado. Infelizmente, sempre que fiz críticas e apresentei alternativas, elas foram classificadas de eleitoreiras. Mas, se a metrópole de São Paulo está numa região de baixa disponibilidade hídrica e o governo do PSDB tem feito o que é preciso para garantir água, por que tanta torneira seca, virulência nas palavras e sofismas no raciocínio?

Falta água porque há dez anos o atual governador assinou um compromisso de, em 30 meses, executar um plano de obras. Mas nenhuma foi executada no prazo e com a dimensão planejada pela Sabesp.

O PT sabe quais são as soluções, das mais urgentes até as mais estruturantes. Desde 2011, a Sabesp poderia ter ampliado a capacidade dos mananciais do Alto Tietê se tivesse concluído o enchimento da represa de Taiaçupeba –que hoje opera com cerca de um terço de seu volume útil– ao valor de R\$ 35 milhões. O volume armazenado desde então garantiria o abastecimento de 3 milhões de pessoas durante um ano.

No final de 2013, o governo poderia ter iniciado a construção de um sistema de bombeamento e da adutora para ligar o Rio Grande, na represa Billings, com a represa de Taiaçupeba. Essa solução teria um custo bem menor do que tirar água do Paraíba do Sul. E não colocaria em risco a ampliação de investimentos e empregos no Vale do Paraíba.

Sobre as obras estruturantes, é preciso fazer os reservatórios de Pedreira e Duas Pontes, no sistema PCJ (rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí). Existem estudos desde 2007, mas só em fevereiro foi assinado um decreto de utilidade pública para futura desapropriação da área dos reservatórios.

Já o Sistema Produtor São Lourenço arrastou-se por seis anos. Não fosse a lentidão, já deveria estar abastecendo a região metropolitana com o correspondente a 15% do volume de água do Cantareira. Isso agora só vai acontecer em 2018.

Ainda é preciso fazer os reservatórios de Piraí e Campo Limpo e o Sistema Adutor PCJ. No total, são obras que custariam o equivalente a três anos de lucros da Sabesp –não foi, portanto, por falta de dinheiro que não saíram do papel.

Vale lembrar que quatro anos atrás, o PT já registrava em seu programa de governo que o fornecimento de água potável era inadequado para 600 mil pessoas na região metropolitana da capital. Eu, que era o ministro de Lula responsável por receber projetos de governadores e prefeitos, defendi reduzir a dependência do Cantareira.

Mas, no lugar de explicar sua inépcia, o PSDB tenta confundir os argumentos. Eu nunca disse que a região da Grande São Paulo é abundante em recursos hídricos, como já alegaram de forma distorcida. Tampouco afirmei que a água que hoje enche a represa Billings resolveria o problema da falta de água no Cantareira. O que sempre defendi é que para chegar à torneira das pessoas é preciso planejamento, investimento e obras.

Fazer as obras que o governo não fez, reduzir as perdas de água da Sabesp, investir em soluções inovadoras e na preservação dos mananciais, com compensações para os municípios que cuidam de áreas de proteção –essas são as soluções que o PT defende em relação à água de São Paulo. Lamentavelmente, o PSDB chama a isso de oportunismo.

ALEXANDRE PADILHA, 42, candidato ao governo de São Paulo pela coligação Para Mudar de Verdade (PT, PCdoB e PR), foi ministro das Relações Institucionais (governo Lula) e ministro da Saúde (governo Dilma)

Federação Nacional dos Urbanitários

Copasa mantém a intransigência e se recusa ao diálogo aberto

Direção da Copasa mantém a intransigência e se recusa ao diálogo aberto nas negociações coletivas com os sindicatos (SINDÁGUA, Senge e Saemg).

Mesmo com a intermediação do Ministério Público do Trabalho, a empresa não modificou uma vírgula em sua proposta de 5,82% de reajuste salarial e nos benefícios, além de 10% sobre a cesta básica.

INSUSTENTÁVEL

Em boletim da empresa na terça-feira, 29, a empresa volta a acusar dificuldades por causa de reajuste tarifário, que recebeu além da inflação (6,18%). No panfleto “Cenário Sustentável 15”, a Copasa tenta distorcer as informações e, ainda, explica que os reajustes concedidos à diretores da empresa são nos mesmos percentuais concedidos aos trabalhadores comuns, salários base em torno de 31 vezes o piso salarial da empresa.

No mesmo dia 29 a Copasa enviou carta ao Ministério Público do Trabalho, solicitando nova reunião de “mediação”. Acusa o sindicato de “incitamento” dos trabalhadores à greve e afirma que

proposta dos sindicatos para "incorporação da GDI aos salários, total ou parcialmente" não "seriam viáveis para a empresa". A empresa usa a comunicação confusa de dizer e desdizer, travando o diálogo e deixando a ansiedade nas costas dos trabalhadores.

A empresa quer arrochar salários através da GDI, da política de porte e tabela defasada do PCCS. Esperamos que o Ministério Público do Trabalho possa fazer esta intermediação no sentido de uma proposta mais justa e responsável por parte da Copasa. Sem o diálogo transparente, que viabilize e concilie interesses, não restará outra alternativa na luta da categoria senão um movimento de força para defender nossos direitos.

Fonte: Sindágua-MG

Portal da CUT

Maior representação no trabalho e hegemonia na sociedade: desafios da classe trabalhadora mundial

29/07/2014

Com a presença do embaixador Samuel Pinheiro, 14ª Plenária debate conjuntura nacional e internacional

Escrito por: Flaviana Serafim

Aumentar a sindicalização e a representação nos locais de trabalho, aprofundar as discussões sobre as contradições do capital e disputar a hegemonia na sociedade. Estes foram os principais desafios apontados na análise de conjuntura nacional e internacional realizada na manhã desta terça (29), na 14ª Plenária Nacional da CUT, que ocorre até a sexta (1º), no Centro Cultural Adamastor, em Guarulhos (SP).

Cerca de 85% dos trabalhadores/as do mundo não têm representação sindical, reduzindo as condições de luta e resistência. "Sem canal de representação com os patrões, fica difícil estabelecer uma correlação de forças favorável à classe trabalhadora", ressalta o presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI), João Felício.

Segundo o dirigente, apesar das dificuldades da estrutura sindical, o cenário brasileiro ainda é melhor, pois os patrões são obrigados a negociar e, na média, 18% dos trabalhadores/as são sindicalizados/as. Entretanto, "parece que a pauta de reivindicações nos basta", criticou Felício, cobrando acirramento das lutas e volta às origens, "como nos anos 70, para provocar mágoa, raiva e rebelião na base diante da sociedade que nos oprime".

Na mesma linha, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, afirma que não basta o "sindicalismo reflexivo" diante da conjuntura. Ele avalia que é preciso aproveitar as oportunidades do pleno emprego e da estabilidade econômica no Brasil para avançar especialmente na redução das desigualdades, pois a renda em queda e a alta do desemprego estão derrubando o combativo sindicalismo europeu que se observava décadas atrás.

"Não queremos ficar no processo de análise da crise, mas sermos protagonistas a partir das experiências da classe trabalhadora e com a preocupação de apresentar sua proposta", diz o presidente cutista, que defende hegemonia no parlamento e em todas as áreas onde há disputa com a classe dominante.

Em sua análise, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães destacou alguns impactos econômicos da crise mundial sobre a classe trabalhadora, principalmente dos países periféricos. No Brasil, a questão, diz o diplomata, é o aumento de exportações pelas nações em crise, que, com o déficit na balança comercial, afetam, principalmente, a competitividade do setor industrial e, assim, a geração de empregos.

Segundo o embaixador, o país acumula déficit de US\$ 8 bilhões na balança comercial com os Estados Unidos e outros US\$ 30 bi com os países europeus. "Os acordos de livre comércio podem levar à reversão do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, afetando diretamente os trabalhadores", alerta.

Portal da CTB

Conferência dos Bancários aprova Carta de Atibaia contra a terceirização

Os 634 delegados e delegadas presentes à plenária final da 16ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada neste domingo (27), aprovaram a Carta de Atibaia, manifesto em defesa da Constituição Federal, dos direitos humanos dos trabalhadores e contra a precarização do trabalho representado pela terceirização. No texto, os bancários conclamam a classe trabalhadora e demais segmentos da sociedade a se unirem para a defesa da dignidade do trabalho.

"Foi reaberta a disputa pela terceirização em nosso país. Os trabalhadores combateram o PL 4330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), indo às ruas e conquistando seu espaço na defesa da Constituição e dos direitos dos trabalhadores", diz a carta.

No texto, os bancários alertam para os riscos da precarização das relações trabalhistas: "Sabemos que o direito não é neutro. A manutenção das mobilizações de rua se faz necessário para que a sociedade brasileira perceba que o está em jogo, neste momento, é a própria liberdade e igualdade constitucionais que protegem a dignidade humana do trabalhador contra a atrevida manobra econômica do empresariado de rebaixar salários, aumentar o desemprego, baixar os custos de pessoal da empresa e implantar o autoritarismo capitalista."

Confira, abaixo, a íntegra da Carta de Atibaia:

EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PELA TERCEIRIZAÇÃO

Os delegados e delegadas presentes à 16ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro vêm a público conclamar a classe trabalhadora e demais segmentos da sociedade a se unirem para a defesa da dignidade do trabalho, valorização do trabalho humano, contra o retrocesso social e a precarização do trabalho.

Também exigem a imediata revogação das resoluções do Banco Central do Brasil que instituíram a figura dos correspondentes bancários, que precarizam a condição de trabalho (bancários e comerciários), comprometendo o atendimento e sigilo bancário de clientes e usuários.

O Supremo Tribunal Federal (STF), após mais de 25 anos da consolidação da jurisprudência trabalhista que protege a precarização do trabalho, a violação à dignidade humana do trabalhador fixando limites para o processo de terceirização, admitiu a Repercussão Geral nos autos do ARE 713.211/MG para rediscutir a possibilidade da implantação da terceirização para toda atividade econômica, demonstrando a intenção de implantar o retrocesso social.

Foi reaberta a disputa pela terceirização em nosso país. Os trabalhadores combateram o PL 4330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), indo às ruas e conquistando seu espaço na defesa da Constituição e dos direitos dos trabalhadores.

Todas as instituições públicas devem resgatar o compromisso da preservação das conquistas sociais, eliminando toda e qualquer forma de trabalho precarizado, em especial a terceirização.

Sabemos que o direito não é neutro. A manutenção das manifestações de rua se faz necessário para que a sociedade brasileira perceba que está em jogo, neste momento, é a própria liberdade e igualdade constitucionais que protegem a dignidade humana do trabalhador contra a atrevida manobra econômica do empresariado de rebaixar salários, aumentar o desemprego, baixar os custos de pessoal da empresa e implantar o autoritarismo capitalista.

Conclamamos as trabalhadoras e os trabalhadores bancários de todo o Brasil a unirem-se pela busca de nossos direitos, ocupando os espaços públicos para que a voz dos trabalhadores seja ouvida e impeça o retrocesso social.

Atibaia (SP), 27 de Julho de 2014

Rede de Comunicação dos Bancários - Rodrigo Couto

Portal Gestão Sindical

Produção cai e Japão pode ter recessão

31/07/2014 por Valor Online

O Japão pode estar flertando com a recessão, depois de sua produção industrial ter tido o resultado mais fraco desde 2011. O dado vem após uma surpreendente queda nas exportações, revelada na semana passada, o que pode pressionar o banco central do país a adotar um afrouxamento monetário e complicar sua decisão de subir as taxas de juros a fim de combater a deflação.

A produção da indústria japonesa caiu 3,3% em junho em relação a maio, a pior queda desde o terremoto seguido de tsunami de março de 2011. O número é bem pior do que a retração de 1,2% prevista por analistas.

As exportações em junho caíram 2% em relação ao mesmo mês do ano passado. A expectativa era de um crescimento de 1%.

A severa contração nas exportações e o acúmulo de estoques após a alta nacional de impostos de abril são muito piores do que o que aconteceu em 1997, quando o governo também aumentou os tributos. À época, isso desencadeou uma forte recessão no país.

E, após dois meses seguidos de queda nas exportações, economistas começam a questionar as previsões do Banco do Japão (banco central) de que, a esta altura do ano, os embarques estariam compensando os impactos da alta de impostos no consumo.

A recuperação cambaleante destoa do sucesso inicial das políticas do premiê Shinzo Abe para estimular o crescimento e combater a deflação por meio de um estímulo monetário agressivo e alta nos gastos do governo.

"Nós podemos não ter uma deflação, mas não se pode dizer que a economia está nos trilhos", disse Norio Miyagawa, economista-sênior na Mizuho Securities. "O governo ficará mais

relutante em aumentar impostos", disse ele a respeito de uma decisão que Abe programou para tomar no fim do ano.

Organizado por Ernesto Germano